



Acesso à água e aumento dos preços da energia ameaçam sucesso do amendoal



Destaque



Destaques

Ministra da Agricultura faz nova consulta sobre o PEPAC "entre 15 de novembro e 6 de dezembro"

CNA "preocupada" com "aumento brutal do custo dos fatores de produção"

Agro**Vida A**gro**Vida** II sexta-feira, 5 de novembro 2021 sexta-feira, 5 de novembro 2021 🚻

LUÍS MIRA DIZ QUE 'DIGITAL RURAL ACT' SIGNIFICA A "DEMOCRATIZAÇÃO DA AGRICULTURA DE PRECISÃO"

CAP receia "exclusão digital das zonas rurais" de Portugal e da Europa

A Comissão Europeia criou, "e bem", o 'Digital Market Act' e o 'Digital Services Act', mas, na opinião da CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal, "esqueceu-se" da digitalização da agricultura em todo este caminho. Em entrevista à "Vida Económica", o secretário-geral da Confederação explica como interpelou em Bruxelas o comissário europeu da Agricultura, Janusz Wojciechowski, lembrando-lhe o parecer de iniciativa do Comité Económico e Social Europeu (CESE) para a criação de um 'Digital Rural Act', que envolva os territórios rurais de baixa densidade. Luís Mira está receoso: a ambição digital europeia pode ser sinónimo de "exclusão digital das zonas rurais".

TERESA SILVEIRA

Vida Económica – A CAP propôs à Comissão Europeia a instituição de um 'Digital Rural Act' com três eixos de atuação. Que ganhos poderiam advir para a agricultura, concretamente em Portugal, se tal fosse implementado neste setor, nomeadamente, por exemplo, ao nível do incremento da agricultura de precisão e da instalação de novos agricultores no interior?

Luís Mira - Esta "Década Digital" da Europa ambiciona uma economia digital justa e competitiva num mercado único sem atrito, colocando a Europa como um 'player' digital global e uma sociedade digital aberta, democrática e sustentável. Todas as estratégias acarretam riscos e, para nós, o principal risco na



Luís Mira, secretário-geral da CAP.

gestão desta ambição digital europeia é a exclusão digital das zonas rurais. Nesse sentido, apresentámos o 'Digital Rural Act' (DRA) enquanto estratégia de mitigação e que atua sobre os riscos específicos da digitalização nas zonas rurais.

VE - Sendo o DRA um mecanismo da iniciativa da Comissão Europeia, como é que os agricultores poderiam aceder, nomeadamente no que toca às ações de formação para combater a iliteracia digital nos territórios rurais? Quem ministraria essas ações? Como deveriam ser financiadas?

LM - O 'Digital Rural Act', enquanto mecanismo de iniciativa da Comissão Europeia, será, tal como o 'Digital Market Act e Digital Service Act', um conjunto de regras, obrigações e responsabilidades que deverão ser implementados em

todos os Estados-Membros (EM). Desta forma, o seu objetivo é garantir o acesso de todo o mundo rural a um conjunto de iniciativas que, de outra forma, não vão estar asseguradas devido à falta da rentabilidade económica da sua implementação. É exemplo disso a implementação da rede móvel em Portugal, onde sem intervenção política não teria sido possível a sua repercussão nas zonas rurais, por estas serem áreas economicamente desfavoráveis devido à sua reduzida densidade populacional. Tal como hoje, estávamos perante o facto de a necessidade de acessibilidade ser inversamente proporcional aos proveitos financeiros obtidos e, nestes casos, apenas um desígnio público pode garantir a sua execução. Pese embora as ações de promoção e divulgação que serão necessárias

O 'Digital Rural Act' permitiria "a redução da desertificação das zonas rurais, criando condições para a fixação de novos jovens agricultores, principais utilizadores e precursores da agricultura de precisão"

à implementação do DRA, a expressividade da sua aplicação não será medida em n.º de acões e financiamento, mas na repercussão de um nível básico de infraestrutura de banda larga e de literacia digital, por exemplo. Nesse sentido, os agricultores e restantes operadores no mundo rural terão de ser alvo de ações de literacia digital asseguradas por cada EM no sentido de virem a ser cumpridos os requisitos mínimos preconizados pelo DRA. As ações de formação deverão ser desenvolvidas pelas organizações que estão instaladas no mundo rural, como a CAP, que tem centros de formação e organizações em todas as zonas rurais, e deverão ser financiadas por fundos comunitários como o programa Portugal Digital e supervisionadas pelas entidades publicas habituais.

VE - Estas propostas foram apresentadas ao Ministério da Agricultura e à senhora ministra?

LM - Nesta fase, a apresentação a nível nacional não é verdadeiramente relevante, uma vez que a questão tem de ser previamente tratada a nível europeu, onde existe a possibilidade real de legis-

CAP quer "mais três meses" de prazo para apresentação dos PEPAC

A CAP propôs à Comissão Europeia que prolongue, no mínimo, em mais três meses, o prazo para apresentação dos planos estratégicos da nova Política Agrícola Comum (PEPAC) por parte dos Estados-membros, permitindo que em Portugal se possa fazer uma verdadeira consulta pública ao documento. O secretário-geral da Confederação quer, acima de tudo, "um PEPAC bem feito" e diz que o Comissário europeu da Agricultura "não manifestou qualquer reação à proposta", parecendo-lhe que "um alargamento de dois ou três meses é viável e não compromete o processo".

VE - Esta proposta da CAP merece o acolhimento de outras organizações de agricultores noutros países da União Europeia?

LM - O tempo que a Comissão Europeia estabeleceu para a apresentação dos PEPAC foi muito reduzido, terminando no próximo dia 31 de dezembro. Por isso, achamos que deveria ser dado mais algum tempo aos Estados--membros para apresentarem as suas propostas, dada a importância destes planos estratégicos para a vida dos agricultores nos próximos anos. Para além disso, os processos de consulta pública a nível nacional estão longe de corresponder às expectativas das organizações de agricultores, incluindo em

A CAP e as suas associadas apreum conjunto de propostas bem fundamentadas, tendo em conta a realidade e necessidades do setor agrícola, que não foram consideradas pelo Governo. O Ministério optou por fazer uma auscultação de "fachada", dando a ideia de que está a ouvir o setor, em sessões com agricultores, onde os funcionários do Ministério da Agricultura acabam por ser a maior parte da assistência na auscultação pública sobre esta matéria.

As organizações europeias que

apoiam o prolongamento do prazo são aquelas em cujos países não se verificou uma verdadeira consulta pública e em que não houve um efetivo diálogo com o setor. É, portanto, necessário que haja, de facto, uma verdadeira consulta pública, o que implica tempo disponível e vontade para efetuá-la.

VE - E a Comissão Europeia está recetiva? Parece-lhe viável?

LM - A Comissão Europeia espera que os Estados-membros apresentem sentaram ao Ministério da Agricultura os seus planos estratégicos o mais depressa possível, para que possa analisá-los e aprová-los, e fazer com que a nova Política Agrícola Comum entre definitivamente em vigor em 2023. No entanto, a Comissão também quer planos bem feitos, em que todos os agentes do setor e entidades oficiais partilhem de objetivos comuns, em torno dos próprios objetivos da PAC, pelo que nos parece que terá de haver algum tipo de entendimento para que o calendário não contrarie uma boa implementação dos princípios da

Política Agrícola Comum. O comissário, no CESE, não manifestou qualquer reação à proposta, mas parece-me que um alargamento de dois ou três meses é viável e não compromete o processo.

VE - Se não vier a haver esse prolongamento do prazo, que consequências poderão advir? Que receios têm acerca do novo PEPAC?

LM - O que consideramos fundamental neste aspeto é que os planos sejam elaborados de forma equilibrada e exequível, tendo em conta que se trata de um processo complexo e com muita flexibilidade na utilização dos instrumentos da nova PAC. A nossa preocupação é que Portugal apresente à Comissão Europeia um bom plano estratégico, que sirva aos agricultores e à agricultura nacional. Não podemos aceitar que, por um erro de conceção, se apresente um plano que coloque em risco um setor ou uma região, e que venha atrasar ainda mais o nosso desenvolvimento em relação aos outros Estados-Membros.

lar e definir o orçamento para a concre-

tização efetiva das propostas, utilizando

os instrumentos disponíveis para o efeito.

Aproveito para anunciar que o 'Digital Rural Act' foi apresentado formalmente esta semana como parecer de iniciativa no Comité Económico e Social Europeu. A partir daqui, o objetivo deverá ser o de apresentar, em meados de 2022, um parecer já votado e aprovado em sede de sessão plenária, para enviar para o Parlamento Europeu, Comissão Europeia e Conselho Europeu. Posteriormente, o CESE irá realizar trabalho de sensibilização junto das três instituições europeias, que são as colegisladoras, para que atuem e legislem sobre esta matéria, tendo em conta a importância do DRA para o desenvolvimento das zonas rurais.

Um 'Digital Rural Act' significaria "a democratização da agricultura de precisão, uma vez que permite que todos os agricultores tenham ao seu dispor por exemplo, banda larga para recolha de dados"

VE - O 'Digital Rural Act' está assente em três eixos baseados na identificação de outras tantas carências. Quais são?

LM – Uma é a falta de infraestrutura de banda larga, garantindo o investimento na "last mile" (considerando os benefícios socioeconómicos nas áreas rurais). Outra é a iliteracia digital, alfabetizando digitalmente os residentes nas áreas rurais. Em terceiro, a fraca aceitação de serviços digitais concebidos para o meio urbano, promovendo o desenvolvimento de aplicações que respondam à necessidade da comunidade agrícola

VE – E qual é o eixo transversal?

LM - O eixo transversal do DRA é a implementação de uma política de conectividade de pessoas, serviços e território em todas as atividades presentes no meio rural. Assim, o 'Digital Rural Act', tem a sua génese e âmbito no mundo rural e, apesar de a agricultura ser a atividade económica preponderante, os seus benefícios extravasam em larga escala o mundo agrícola

Especificamente, em termos agrícolas, o DRA significa a democratização da agricultura de precisão, uma vez que permite que todos os agricultores tenham ao seu dispor, por exemplo, banda larga para recolha de dados. Por outro lado, é também no âmbito deste DRA, a redução da desertificação das zonas rurais, criando condições para a fixação de novos jovens agricultores, principais utilizadores e precursores da agricultura

MARIA DO CÉU ANTUNES GARANTE QUE O 'DIGITAL RURAL ACT' ESTÁ "ALINHADO" COM A SUA VISÃO

Ministra da Agricultura faz nova consulta sobre o PEPAC "entre 15 de novembro e 6 de dezembro"

A Ministra da Agricultura está de acordo com a instituição de um 'Digital Rural Act' para a agricultura da União Europeia, porque "a integração de novas tecnologias é fundamental para ajudar o setor a enfrentar os desafios". Em entrevista à "Vida Económica", Maria do Céu Antunes rejeita a acusação da CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal de que não está a ser feita "uma verdadeira consulta pública" no âmbito do PEPAC – Plano Estratégico da Política Agrícola Comum e deixa uma novidade: "em breve" (entre 15 de novembro e 6 de dezembro), vem aí "uma segunda consulta pública alargada".

TERESA SILVEIRA teresasilveira@vidaeconomica.p

Vida Económica - A CAP propôs à Comissão Europeia, no final de outubro, a instituição de um 'Digital Rural Act', com vista à implementação de uma política de conectividade de pessoas, serviços e território em todas as atividades presentes no meio rural. Concorda com as medidas propostas?

Maria do Céu Antunes - A transformação digital da agricultura é um dos objetivos que perseguimos. Aliás, está bem patente na nossa Agenda "Terra Futura". A integração de novas tecnologias é fundamental para ajudar o setor a enfrentar os desafios que lhe são colocados, nomeadamente no que diz respeito à necessidade de produzir mais alimentos, sem comprometer a sustentabilidade em termos ambientais, climáticos e de recursos.

a União Europeia assumiu este desafio em maio de 2019, quando os 25 Estados--membros assinaram a declaração proposta pela Comissão Europeia "Um futuro digital inteligente e sustentável para a agricultura e as zonas rurais europeias" (na Conferência de Alto Nível sobre Política Digital no âmbito do Dia

Podemos dizer que

VE - A nova Política Agrícola Comum (PAC) pode cumprir esse papel ao serviço da digitalização da agricultura da União Europeia?

Digital, que se realizou em Bruxelas).

MCA - Sem prejuízo do papel dos vários instrumentos de política europeus e nacionais, a PAC pode, efetivamente, contribuir de forma decisiva na promoção da digitalização e do uso das novas tecnologias, maximizando o seu impacto, para benefício do setor agrícola, das zonas rurais e da administração pública. As novas tecnologias têm, de facto, o potencial de revolucionarem a agricultura em toda a cadeia alimentar e na ad-

VE – E o que é que Portugal está a fazer nesse sentido?

MCA - Seguindo esta linha, o Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) tem vindo a elaborar o novo PEPAC com o apoio de um grupo de trabalho de peritos na área. E da proposta conta uma estratégia para o desenvolvimento das tecnologias digitais no setor da agricultura e das zonas rurais e de utilização dessas tecnologias, de modo a aumentar a eficácia e a eficiência das intervenções da PAC. No âmbito deste processo, foram identificados alguns fatores como sendo determinantes para o sucesso desta estratégia, como, por exemplo, a conectividade das zonas rurais, o reforço das competências digitais, a promoção da adoção e utilização das novas tecnologias, a simplificação da gestão da PAC e a partilha de dados.

-membros, permitindo que em Portugal se possa fazer uma verdadeira consulta pública ao documento. Parece-lhe viável esta proposta? MCA - A data de 31 de dezembro de 2021 para entrega do PEPAC à Comissão Europeia resulta do acordo político em trílogo entre o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia e Conselho Europeu. E que se espera que venha a ser

digital no setor agrícola, bem como

com as iniciativas que têm vindo a ser

desenvolvidas, inclusive na elaboração

VE - A CAP também propôs que a

Comissão Europeia prolongue, no

mínimo, em mais três meses, o pra-

zo para a apresentação dos planos

estratégicos por parte dos Estados-

do próximo quadro comunitário

confirmada no Plenário do Parlamento Europeu no mês de novembro e, consequentemente, objeto da publicação da regulamentação base. Portugal, a par dos restantes Estados-membros, está a trabalhar para cumprir estas exigências regulamentares.

VE - Quando conta ter o processo de auscultação pública do PEPAC concluído? E está em condições de garantir que vai incluir no documento final propostas de melhoria vindas dos agentes do setor que vai ouvir?

MCA - Reitero que o acordo político ainda não foi votado em plenário do Parlamento Europeu e que os textos regulamentares base e de legislação secundária ainda estão em preparação pela Comissão Europeia.

Ainda assim, nunca estivemos parados e temos feito tudo o que está ao nosso alcance para pre-

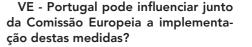
parar e elaborar o nosso Plano Estratégico. Fizemos uma primeira consulta pública alargada (que terminou em janeiro), relativa a um con-

junto de documentos de diagnóstico e de orientações estratégias de intervenção. Os contributos recebidos foram, sempre que possível, tidos em consideração e, em breve, iremos realizar uma segunda consulta pública alargada (en-

tre 15 de novembro e 6 de dezembro).

Para além destas consultas públicas, decorrem reuniões técnicas e políticas com as confederações e outras organizações representativas e sessões de auscultação e divulgação no território (Santarém, Vila Real, Castelo Branco, Évora, Faro, Açores e Madeira).

Reconhecemos que os prazos disponíveis, decorrentes do acordo ao nível da UE, impõem um trabalho redobrado do Ministério e de todos os envolvidos na preparação do Plano. Contudo, a evolução da PAC para as novas ambições da UE, designadamente o apoio à transição ambiental e climática, aconselha a uma atualização dos instrumentos da PAC para que estejam disponíveis no início de 2023.



MCA - As necessidades identificadas

Maria do Céu Antunes, ministra da Agricultura.

nos diagnósticos e nos vários documentos estratégicos estão a ser tidas em consideração no desenho das medidas que vão integrar o novo PEPAC, como, por exemplo, a introdução de compromissos de produção e partilha de dados pelos agricultores, com o objetivo de promover a adoção de ferramentas de agricultura de precisão, monitorizar as políticas e promover o conhecimento. Já a transformação digital é um desafio transversal a toda a economia e, como tal, necessidades como a conectividade e o reforço de competências digitais extravasam o setor agrícola.

Posto isto, podemos dizer que o 'Digital Rural Act', nomeadamente os eixos de atuação que defende, está alinhado com a visão que o Ministério da Agricultura tem para a transformação

Agro**Vida A**gro**Vida** IV sexta-feira, 5 de novembro 2021 sexta-feira, 5 de novembro 2021 ${\sf V}$

Acesso à água e aumento dos preços da energia ameaçam sucesso do amendoal

mil hectares; em 2020, 15 mil hectares;

em 2021, temos mais de 17500 hectares

inscritos de amendoal". O presidente da

EDIA reconhece que "estamos com um

ritmo muito, muito grande". Aliás, "se

o Alqueva ainda não é a região com a

maior área de amendoal do país, vai ser.

Pelo menos, quando todas estas áreas

estiverem em produção, vamos ser se-

guramente a região com a maior área".

cultura de elevado valor acrescentado,

que consegue gerar riqueza, valor, criar

emprego", diz o gestor, lembrando que

já têm "quatro agroindústrias" ligadas à

amêndoa em Alqueva em laboração. E,

"se calhar, aparecerão mais", avisa José

Pedro Salema, garantindo que "há aqui

uma grande dinâmica" e que este, o da

amêndoa, é "um cluster interessantíssi-

Há, porém, "fantasmas a pairar". E um

O acesso à água e os custos

da energia

E "ainda bem que assim é, termos esta

A plantação de amendoal para produção de amêndoa está em crescendo em Portugal e "o potencial é enorme". A área plantada atinge cerca de 50 mil hectares e a balança comercial já é "positiva em cerca de 10 milhões de euros". Os três participantes no webinar "A produção e exportação de amêndoa", organizado pela "Vida Económica", são unânimes quanto à importância económica desta cultura, o emprego que cria, o valor acrescentado que gera e as exportações que promove, substituindo importações dos Estados Unidos e do Chile. Tudo devido ao consumo crescente deste fruto e à tendência para uma alimentação cada vez mais saudável e baseada em proteína

Há, porém, dois "fantasmas" a pairar sobre os investidores. Um, as alterações climáticas, as secas e a escassez de água. Outro, o aumento dos preços da energia. O primeiro pode travar as intenções de investimento. O segundo pode fazer duplicar os custos de produção.

vegetal.

Ser empresário é um desafio" e David Carvalho, CEO do grupo Vera Cruz, está "grato" porque decidiu investir num setor que está "em crescente evolução": o agroindustrial. Neto de portugueses emigrados no Brasil, este jovem empresário regressou a Portugal e arriscou a sua sorte na produção de amêndoa. "Começámos em 2017, fomos em busca de terrenos na região da Beira Baixa que respondessem às condições de solo e água de que precisávamos para a plantação do amendoal", disse no arranque do webinar organizado pela "Vida Económica".

Trouxe para o interior de Portugal amêndoas de variedades mediterrânicas e tem como missão valorizar a região da Beira Baixa através de um investimento agrícola assente nas "melhores práticas produtivas e em tecnologia de ponta". Drones incluídos. Os amendoais estão instalados no Fundão e em Idanha-a--Nova, no distrito de Castelo Branco. O plano de investimento divide-se em três fases. Um, é a plantação de 2000 hectares de amendoal. "Temos 1000 hectares já plantados e este ano ainda vamos começar a construção de uma fábrica para valorizar o produto e criar valor e exportar um produto acabado com a bandeira 'Made in Portugal'", revela David Carva-

"Até ao momento já investimos 50 milhões de euros, capital externo. Criámos 50 postos de trabalho diretos e mais de 100 indiretos. É muito importante para desenvolver estes territórios do interior e

reter a população e dar perspetivas aos memorando de entendimento com a Câjovens. Temos aberto protocolos com universidades para abrir projetos em conjunto e dar oportunidade de crescimento à investigação feita na região. E também 194 hectares que o município de Idanha-

mara de Idanha-a-Nova para a instalação de uma fábrica para descasque de amêndoa, numa propriedade com cerca de

David Carvalho

"Até ao momento já investimos 50 milhões de euros. Criámos 50 postos de trabalho diretos e mais de 100 indiretos. O nosso objetivo é ter marca própria no retalho e avançar para a internacionalização"



temos programas de captação de talento junto dos jovens", acrescenta o CEO. David Carvalho não tem dúvidas de que

"a qualidade dos produtos portugueses é reconhecida lá fora". Prova disso é a recetividade que tiveram em Colónia, Alemanha, na feira Anuga, em outubro. "Só de dizermos que éramos um produtor de amêndoa em Portugal o nosso produto já era bem recebido e isso confirma o enorme potencial de Portugal" na produção e exportação deste fruto.

"A aceitação no mercado é enorme. Levámos algumas amostras e as pessoas comprovaram que a amêndoa portuguesa, mediterrânica, é um produto mais doce, mais saboroso, devido à quantidade de sol e às variedades que plantámos. É um produto mais atrativo no mercado. E é isso que temos de explorar", explica o empresário, sublinhando que "a maioria dos consumidores está na Europa, que consome entre 40 e 50% do volume total produzido". Depois, "o outro grande produtor mundial está do outro lado do mundo, nos Estados Unidos, na Califórnia, que produz 80%". Portanto, "há espaço para atender à procura por parte dos consumidores europeus".

A terceira fase do investimento da Vera Cruz em Portugal é o retalho. "Queremos criar canais de distribuição. O nosso objetivo é o 'private label', através de marca própria. "A estratégia é ter a força desse canal de venda", avança o CEO, revelando que tiveram a primeira colheita este ano e que a produtividade ficou "acima -a-Nova irá ceder. O investimento é de cerca de 13 milhões de euros.

Alqueva: a maior área de amendoal

Deixemos por momentos a Beira Baixa. Olhemos o território mais a sul. No Alentejo, "Alqueva tem vivido nos últimos anos uma história de

mudança muito acelerada" e o amendoal tem contribuído para essa evolução, lembra o presidente da EDIA -Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Algueva.

"Estou na EDIA vai fazer oito anos, quando cheguei, regávamos cerca de 30 mil hectares e este ano vamos regar 115 mil hectares. Quase quadruplicámos a área regada. Tem vindo a ser uma mudança muito rápida. Hoje já temos áreas que, antes de estarem prontas para serem regadas, já estão com as culturas instaladas, desejosas que a obra se complete, que o sistema seja ligado para começarem a regar e a produzir", refere o presidente, reconhecendo com orgulho que "uma parte importante do nosso sucesso tem sido puxada pelo setor dos frutos secos, em particular pela

"No princípio, tínhamos uma vaga verde do azeite, das oliveiras, que ainda

dos que se avizinham é o da dificuldade de acesso à água, devido ao cenário sombrio das alterações climáticas, que estão à porta, sendo que, no Alentejo, o perigo de seca é maior.

José Pedro Salema refere que, quanto a dotações, ou seja, a quantidade de água utilizada por hectare, "há basicamente duas formas" de produzir amêndoa: a espanhola e a americana. "A americana é com as variedades americanas de casca mole, árvores grandes, com dotações de rega esperadas/desejadas muito altas; o modelo mais ibérico, com as variedades ibéricas, espanholas, sobretudo as melhoradas, com dotações mais próximas do que pode

lores indicativos que recebemos andam na casa dos 23/25 cêntimos/megawatt/hora". Questionado sobre se esta escalada de preços pode refrear intenções de investimento, o presidente da EDIA não esconde que, "para um modelo de

amêndoa mais consumidor, isto pode

subida dos preços da energia". Na EDIA

"temos contratos anuais e não sentimos

essa subida. Nas contas de 2021 ainda

não vemos nada. O problema é que,

quando olhamos para o mercado fora

destes preços fixos, os preços estão em

José Pedro Salema refere que o custo

médio em Alqueva "anda nos 18 cênti-

mos/megawatt/hora". No entanto, "os va-

níveis completamente recorde".

ser penalizador". José Pedro Salema faz cálculos: "Uma a fazer um pivot de milho ou outra culconta de água, aos preços de hoje, de tura qualquer, mas isso não é problema, uma cultura consumidora chega aos 500 olival. O que nos preocupa é se todos euros/hectare (à volta de 5000/6000 metros cúbicos). Se o preço da energia se instalam com culturas permanentes dobrar - e isto não é exagero nenhum, muito consumidoras". E a verdade tem há quem diga que pode ser superior - o de ser dita: "a cultura do amendoal conpreço da água também tem de dobrar. O some mais água que a cultura do olival". custo da água para quem tem de a bomtécnica". "O olival consome entre os bear a seguir pode dobrar. Ou seja, em 2500/3000 metros cúbicos/hectare e o vez de 500 euros/hectare, pode ir para amendoal pode ir aos 4000/5000/6000, os 1000 euros/hectare. E, com 1000 eu-

ros/hectare, a amêndoa poderá aguen-

tar, depende da rentabilidade e dos de, da forma de condução, do sistema valores de comercialização, mas de produção instalado", diz o presidenjá dói. E pode com certeza mote da EDIA. tivar algumas alterações" O problema é que a EDIA não pode proibir culturas. "Hoje, na legislação, não há forma de conter qualquer cultura,

a não ser as culturas medicinais, as drogas e a vinha para vinho. São as únicas culturas em que existe alguma forma de controlo. Portanto, um cliente que esteja instalado no perímetro pode fazer a cultura que entender: laranjas, abacates, amêndoas, melões, milho, etc e não tem de pedir autorização".

são dessa mudança. Amanhã, se os 60

mil hectares de olival que há em Alque-

va forem arrancados e substituídos por

amendoais que exigem 5000 ou 6000

metros cúbicos de água por hectare, o

O Alqueva, explica José Pedro Sale-

ma, vive "com uma dotação média re-

lativamente baixa (2700 metros cúbicos/

hectare em 2020). A nossa dotação de

referência situa-se nos 3000 metros cú-

bicos/hectare. E isto é possível porque

temos uma grande mancha - mais de

50% – com uma cultura que gasta isto ou

um bocadinho menos e que está muito

sedimentada na mancha de olival. Não

quer dizer que não tenhamos um cliente

que gaste 8000 metros cúbicos/hectare

porque a maioria é a grande mancha de

Essa é, pelo menos "a referência

depende muito da filosofia, da varieda-

Alqueva não tem água para isso".

O problema "é quando há muitas culturas permanentes em que o consumo de água, em caso de carência, não pode passar a zero. A diferença entre ter uma cultura permanente ou uma cultura anual é esta: é que quando há restrição dizem 'este ano não se pode fazer arroz ou milho'. Com a amêndoa é difícil dizer 'olha, este ano não há água para ninguém porque tenho pouca'. As árvores estão plantadas e pelo menos garantir a sua sobrevivência deve ser a nossa obri-

"Este ano, nós vamos gastar menos do cúbicos. Ou seja, vamos gastar metade da nossa capacidade. E já estamos a re-

estão a bater à porta, há culturas instae garantir que não chegamos a 2027 ou a 2032 e, quando cair uma seca, dizermos 'Olha, este ano o Alqueva fecha porque não há água'. É isso que queremos evitar, preparando hoje um cenário de plena utilização sabendo que uma crise hídrica provavelmente existirá". A mensagem é simples e direta: "Temos de acautelar situações futuras".

Associação para a Promoção dos Frutos Secos quer "juntar e apoiar todo o setor"

Nem só nas Beiras e no Alentejo se planta amendoal. E já há uma associação agregadora das empresas a operar neste setor, entre elas as de amêndoa. Tiago Costa, CEO da divisão de negócio agrícola da Sogepoc, assume a presidência da recém-constituída Associação para a Promoção dos Frutos Secos (APFS). E foi um dos oradores do webinar organizado pela "Vida Económica".

"Temos cerca de 30 associados, representamos 6000 hectares de frutos secos, rapidamente passaremos a 8000 hectares com o crescimento orgânico que está previsto. E temos novos associados a entrar. A localização geográfica das

Num outro "bloco mais prático", a APFS está "a desenvolver serviços aos associados", entre eles na ajuda à promoção das empresas em feiras e outros eventos. Têm na calha a criação de um site e a prestação de "apoio jurídico", "divulgação de conhecimento técnico e científico", "organização de visitas nacionais e internacionais e a divulgação dos preços do mercado".

Tiago Costa não tem dúvidas de que estamos em presença de "um setoi bastante dinâmico". Está "sobretudo instalado no Alentejo, nas Beiras, mas também no Ribatejo e Trás-os-Montes com modelos de produção distintos adaptando-se às condições edafoclimáticas das diferentes regiões e às características do investidor que está por trás de cada investimento". E há investidores nacionais e estrangeiros. Uns "com uma abordagem, outros com outra".

Negócio da amêndoa vale "40/50 milhões de euros"

E é "um setor importante em termos de valor". Na amêndoa, "a balança comercial já é positiva em cerca de 10

CEO da divisão de negócio agrícola da Sogepoc e presidente da Associação para a Promoção dos Frutos Secos

"A amêndoa é uma cultura mediterrânica. Precisa de água e sol. Temos uma oportunidade única. Não há muitas regiões no mundo com essas apetências. E o consumo está verdadeiramente a desenvolver-se"



empresas está dispersa, mas tivemos uma adesão grande por parte de empresas da região do Alentejo com novos investimentos, mas também da região de Idanha-a-Nova, Trás-os-Montes". E até o Centro Nacional de Competências dos Frutos Secos também já "mostrou

"É todo um processo" que está a arrancar, diz Tiago Costa, lembrando que estão "no início", mas que querem "juntar, representar os produtores e toda a fileira dos frutos secos em Portugal e apoiar todo o setor". Desde logo porque "esta é uma indústria que está a desenvolver-se muito e com uma grande rapidez em Portugal".

Uma primeira vertente de atuação é a "representação institucional, perante as entidades públicas e privadas, de âmbito nacional e internacional". Depois, querem "defender a fileira junto dos decisores políticos" e, até, "junto das seguradoras, para negociar seguros

Numa outra vertente, querem "olhar para a legislação e tomar posição", inclusive "na questão do acesso à água". E "promover atividades de suporte à investigação, ter um plano de comunicação para comunicar com o setor e para o exterior, com linguagem acessível". Uma das preocupações é mostrar ao país que, sendo este "um setor recente", quer "afirmar-se pela defesa de práticas agrícolas sustentáveis".

milhões de euros", diz o presidente da APFS, revelando que representa cerca de 50 mil hectares em Portugal, cerca de 60% na zona de Trás-os-Montes e o restante mais a sul. As vendas já representam "cerca de 40/50 milhões de

Nas regiões onde há regadio, "as empresas ainda estão a fazer o seu caminho, algumas plantações ainda não estão em produção, mas todos estão a perceber que há uma grande apetência pelo produto, que é diferenciador". A amêndoa é, na verdade, "uma cultura mediterrânica, que só pode ser produzida em território com influência mediterrânica e que precisa de água e sol para se poder desenvolver".

Esta é, pois, "uma oportunidade única porque não há muitas regiões no mundo com essas apetências". E o consumo esse, "está verdadeiramente a desenvolver-se, fruto dos aspetos nutricionais da própria amêndoa e dos frutos secos em geral, mas, também, com a tendência da alimentação cada vez mais saudáve e mais baseada em proteína vegetal". Tudo isto associado ao facto de a Europa ser "uma grande importadora de frutos secos, em particular da amêndoa e da noz". Ora, "sabendo que a Europa se abastece sobretudo no mercado americano e chileno, nós temos aqui uma oportunidade única de substituir parte dessa oferta por uma oferta portuguesa que tem vantagens competitivas".

José Pedro Salema Presidente da EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva

"Em 2017, tínhamos inscritos (intenções de produção) 5500 hectares de amendoal no Algueva; em 2018, 7500 hectares; em 2020, 15 mil hectares; em 2021, temos mais de 17 500 hectares inscritos'



A próxima fase é acrescentar valor ao produto. Para tal, acabaram de firmar um

hoje é dominador. Dos 115 mil hectares regados, 63 mil hectares são de olival, ou seja, mais de 60% é olival, mas hoje a amêndoa já é a segunda cultura", revela

Eis o panorama dos últimos cinco anos traçado por José Pedro Salema: "Em 2017, tínhamos inscritos (intenções de produção) 5500 hectares de amêndoa; em 2018, 7500 hectares; em 2019, 11 maior e qual a sua duração", ou seja, "a

das". Além de que é preciso "ir à procura de fontes de energia alternativas e mais baratas", como o autoconsumo fotovoltaico. Apesar disso, "a EDIA vê com preocupação o crescimento de uma cultura que pode ter dotações de água

A grande questão é que, "associando as dotações à energia, e dando uma perspetiva um pouco mais negra do que se avizinha", o presidente da EDIA vê "no horizonte aquilo que não sabemos ainda se é um tsunami ou uma onda

Substituir olival por amendoal? "Alqueva não tem água para isso"

dotações muito mais baixas".

quanto a decisões de investimento.

O presidente da EDIA crê, contudo,

que "este é um fantasma de curto pra-

zo. Não é uma coisa que vai durar déca-

muito elevadas, principalmente quando

essa cultura vier substituir outras com

O presidente da EDIA é claro: "Não nos preocupa minimamente ver amendoal onde antes havia tipicamente milho ou outra cultura, preocupa-nos quando começamos a ver olival a ser substituído por amendoal. E já está a acontecer nalguns casos. A questão é qual é a exten-

É certo que falamos de "cenários que ainda estão muito longe". José Pedro Salema põe as coisas "em perspetiva": que 300 milhões de metros cúbicos de água e temos licença, ou seja, um título de utilização de 600 milhões de metros

gar 115 mil hectares". "É óbvio que as alterações climáticas

ladas muito recentes que não estão a gastar tudo aquilo de que vão precisar quando forem adultas. Vemos o consumo de água a subir e um recurso - água – que não está a subir. Na melhor das hipóteses, manter-se-á. Mas poderá até baixar um bocadinho, por via das alterações climáticas. Temos de prevenir-nos

Conservas Pinhais inaugura "museu-vivo" em Matosinhos



Trabalhadora da conserveira Pinhais, em Matosinhos.

TERESA SILVEIRA

conserveira centenária Pinhais, de Matosinhos, inaugurou no final de outubro o "Conservas Pinhais Factory Tour", "um museu-vivo pioneiro da indústria conserveira, vocacionado para perpetuar o legado desta indústria viva, dar a conhecer o património material e imaterial e salvaguardar e valorizar a sua memória".

Instalado na fábrica da Pinhais, que, em 2020, foi classificada de edifício de interesse municipal pela autarquia, este é um projeto considerado "único no panorama do turismo nacional e internacional". Proporcionará "uma verdadeira experiência imersiva sobre todas as fases do método de produção tradicional, que se mantém inalterado desde 1920".

Além de descobrir a fábrica e o seu espólio, cada visitante é convidado a embrulhar a sua própria lata, usando as técnicas das artesãs. As visitas incluem ainda uma degustação e uma passagem pela loja que reúne conservas e peças de coleção.

Localizado no histórico edifício na Avenida Menéres, o projeto foi pensado com o objetivo de divulgar a comunidade local e desenvolver o turismo. O "Conservas Pinhais Factory Tour" visa "promover e divulgar a singularidade de um setor de enorme relevância para a economia nacional, através de aspetos distintivos como a manutenção do método artesanal e edifício centenário, caraterísticas únicas que lhe conferem um caráter histórico", explica a empresa.

O "Conservas Pinhais Factory Tour" é "a materialização de um sonho antigo da Pinhais, de preservar o legado da indústria conserveira para as gerações futuras", realça Patrícia Sousa, diretora de marketing da empresa. "Acreditamos desta forma estar a contribuir, desta forma, para a sustentabilidade e valorização da indústria e a proporcionar uma experiência absolutamente inédita num museu-vivo e em pleno funcionamento", acrescenta a responsável.

Patrícia Sousa acrescenta ainda que,

"por estes motivos, consideramos que este conceito de museu-vivo só faz sentido existir na Pinhais que, além do espólio, arquitetura e filosofia, se orgulha de manter, desde 1920, um método tradicional raro em toda a sua produção, representando a génese do setor, tal como era há 100 anos".

Delineadas para todas as faixas etárias, as visitas ao museu serão guiadas por mediadores culturais, que convidam a descobrir a história da indústria conserveira, as raízes da Pinhais e de todas as suas marcas, nomeadamente a mais internacional, a NURI. Cada visita propõe uma viagem no tempo, conduzida por uma das marcas nacionais de conservas mais icónicas, única em Portugal que mantém intacto o processo de produção 100% artesanal.

Com uma duração de cerca de 60 minutos, o tour inicia-se na entrada do edifício da Pinhais, o foyer, sendo os visitantes depois guiados para os antigos escritórios e antiga sala de direção da empresa. De seguida, são conduzidos até à fábrica, onde poderão assistir a todos os 12 centenários passos da produção de uma conserva, desde a seleção do peixe na lota até ao enlatamento e empapelamento.

Desenhado para apelar a todos os sentidos, o guião da visita prossegue com um mergulho na história da Pinhais e da indústria conserveira, através da visualização conteúdos digitais exclusivos; momentos interativos, nos quais os visitantes são desafiados a identificar diferentes ingredientes, através do cheiro e do palato e, no final, a participarem no processo de empapelamento, embrulhando a própria lata segundo as técnicas das artesãs da empresa.

O tour culmina numa das salas mais imponentes do edifício, o Can-Tin Café, um espaço de degustação que acolhe o último momento da visita: a degustação. Por fim, a visita à loja, com quase 100 m2, onde existe uma ampla seleção de conservas PINHAIS e NURI, artigos de colecionador e ainda merchandising e souvenirs alusivos às marcas e ao tour.

CNA "preocupada" com "aumento brutal do custo dos fatores de produção"

TERESA SILVEIRA

"subida brutal do preço dos combustíveis, da eletricidade, dos fertilizantes e da alimentação animal" está a preocupar a CNA - Confederação Nacional da Agricultura. A Direção da estrutura, reunida em Coimbra no final de outubro, "manifestou grande preocupação face a um conjunto de problemas que têm degradado os rendimentos dos agricultores, com destaque para o enorme aumento dos custos dos fatores de produção, de transformação e comercialização", o que tem "efeitos diretos na competitividade do setor e impactos desastrosos no rendimento dos agricultores, que já antes era de cerca de metade do rendimento dos demais cidadãos".

Como se não bastassem as "dificuldades com a pandemia de Covid-19", a escalada dos preços dos fatores de produção "poderá forçar mais agricultores a reduzir ou a abandonar a produção, fazendo aumentar a dependência alimentar do país em produtos essenciais para a população, tais como os cereais", diz a Confederação, através de comunicado.

Em consequência, a Direcção da CNA "receia que a situação possa ter consequências nos preços ao consumidor. Frisa, no entanto, que "possíveis aumentos [nos preços ao consumidor] podem não vir a compensar os agricultores, que continuam quase a ter que pagar para produzir".

A Confederação lembra "como se distribui, em média, o valor ao longo da cadeia de abastecimento agroalimentar: por cada 100 euros pagos pelo consumidor, 50 euros vão para a distribuição, 30 euros correspondem à transformação e apenas 20 euros vão para o agricultor", sendo que, "destes, 75% eram custos de produção".

No que respeita aos combustíveis, constatando o aumento dos preços na origem e nas margens praticadas, a CNA "reclama que o Governo adote medidas para minimizar os efeitos na produção, por exemplo, através do aumento do desconto nos impostos em vigor para o gasóleo agrícola". Para a Confederação, "seria incompreensível que a atividade agrícola fosse a única a não ser alvo de um apoio neste momento tão difícil".

A CNA constata ainda, "com preocupação", que, na proposta de Orçamento do Estado para 2022, "não está inscrita a verba necessária" para a concretização da medida da "Eletricidade Verde", aprovada pela Assembleia da República. E para a CNA não há volta a dar: esta situação "tem de ser corrigida".

Abóbora promove-se em Portugal e Espanha

teresasilveira@vidaeconomica.pt

erca de 200 produtores portugueses e espanhóis e a empresa de sementes Sakata juntaram-se para lançar a 'Love Butternut', uma iniciativa de promoção da abóbora em Portugal e em Espanha.

Outubro e novembro é altura de pico na produção e as festividades associadas ao Halloween justificaram o lançamento da campanha na Península Ibérica, através de uma estratégia de 'marketing' conjunta. O objetivo, dizem, é "mostrar a versatilidade gastronómica e os benefícios nutricionais deste alimento". Estão envolvidos os principais produtores de abóbora em Portugal, que querem estimular o consumo, hoje "de apenas 0,85 quilos per capita".

Portugal é o terceiro maior produtor de abóbora da Europa, logo atrás de França e de Espanha (o primeiro). Na abóbora 'butternut' (abóbora manteiga), o volume de produção anual atinge as 60 mil toneladas, 90% das quais destinadas à exportação.

O consumo per capita é o mesmo que em Espanha, o que "significa que estamos muito longe" dos verdadeiros campeões no consumo de abóbora: a Argentina, onde cada habitante consome 9,5 quilos por ano. Na Colômbia consomem-se 7,6 quilos.

A primeira campanha 'Love Butternut' tem como mote: "Amas-me? Dá-



-me abóboras!" e pretende sublinhar as vantagens da abóbora para a saúde e bem-estar, desde logo porque são "tradicionalmente mais usadas em cremes de sopas e algumas sobremesas". Mas a abóbora pode ser "ingrediente de sumos ou mesmo produtos de beleza", alertam os produtores, lembrando que "o número de novos produtos à base de abóbora está a aumentar na Europa onde, desde 2016, se lançaram mais de 500 inovações".





Vinte e dois presidentes executivos e líderes da International Wineries for Climate Action apelam a todos os presidentes executivos do setor do vinho para que se juntem aos seus esforços rigorosos, baseados na ciência, para descarbonizar o setor vitivinícola – e para que começam a trabalhar para um nível zero de emissões até 2050.

2 de Novembro de 2021

aros Presidentes Executivos do setor do vinho, A emergência climática é de longe a ameaça mais grave que enfrentamos como viticultores e produtores de vinho. Enquanto líderes mundiais se reúnem este mês na COP26 na Escócia para reafirmar o seu apoio aos compromissos assumidos em 2015 no Acordo de Paris para limitar o aquecimento global, reconhecemos que este é um momento crucial para que a comunidade vitivinícola manifeste o nosso apoio à continuação destes esforços importantes e tomar medidas dentro das nossas próprias empresas.

Sem reduções rápidas e decisivas das emissões, o nosso futuro será definido por níveis de perturbação quase inimagináveis – com consequências devastadoras para as regiões vinícolas que amamos e os vinhos que produzimos para pessoas em todo o mundo.

Embora a magnitude deste desafio exija uma ação global a uma escala monumental, acreditamos que o setor do vinho tem um papel fundamental a desempenhar nos esforços de descarbonização que vão definir a próxima década. Durante demasiado tempo, a sustentabilidade tem sido tratada como um exercício de relações públicas ou de comunicação. A fim de responder aos desafios ambientais que enfrentamos, é necessário trazer a sustentabilidade para o centro das nossas operações. A forma como respondemos à crise climática pode atuar como um motor de mudança transformacional e uma forma de garantir o futuro não só dos nossos negócios, mas de todo o nosso setor baseado na agricultura. Em suma, esta deve ser a nossa década de ação.

Cada uma das nossas empresas aderiu à International Wineries for Climate Action (IWCA) porque acreditamos ter estabelecido o padrão de excelência para a forma como o produtor de vinho deve medir e reduzir a sua pegada de carbono. A IWCA tem também como papel criar uma voz uníssona que pode pressionar para uma ação mais rápida em toda



a cadeia de fornecimento de vinho e uma rede de apoio para a partilha das melhores práticas.

Como não se pode gerir eficazmente o que não se mediu, o núcleo da abordagem da IWCA envolve: 1) realizar um inventário anual de ponta a ponta das emissões de carbono que engloba fontes de emissões diretas e indiretas, verificadas por um auditor independente acreditado pela ISO, e 2) comprometer-se com um plano de redução de emissões e demonstrar um progresso consistente, alinhado com metas baseadas na ciência, com o objetivo de atingir o nível zero líquido de emissões no máximo até 2050.

Um dos objetivos fundadores da IWCA é desenvolver uma metodologia padronizada para que os produtores contabilizem as emissões anuais de gases de efeito de estufa. Este é um passo fundamental para assegurar que os pequenos produtores e aqueles que se estão a estrear nas medições da pegada de carbono possam envolver-se sem custos proibitivos e requisitos de recursos. A IWCA desenvolveu uma calculadora de gases de efeito de estufa para produtores dos EUA, alinhada com o Protocolo GHG do World Resources Institute e com a norma ISO-14064. O nosso plano é implementar atualizações regionais à ferramenta e torná-la amplamente acessível.

Estamos orgulhosos que a IWCA tenha aderido à campanha da ONU "Race to Zero", uma iniciativa global para reunir a liderança e o apoio de mais de 6200 atores não estatais, empenhados em reduzir as emissões para metade até 2030 e alcançar o nível zero líquido de emissões no máximo até 2050. Coletivamente, estes atores da "economia real" juntam-se a 120 países, que representam quase 25% das emissões globais de CO2 e mais de 50% do PIB. A IWCA foi o primeiro membro da "Race to Zero" a representar o sector agrícola. Pode ler mais sobre os nossos esforços no nosso relatório anual inaugural aqui.

Estamos confrontados com o imperativo inevitável de que a liderança empresarial é hoje inseparável da liderança climática. Acreditamos que cada um de nós tem a obrigação de fazer o que pode, dentro da nossa esfera de influência, para reduzir as nossas emissões. Acreditamos que o setor do vinho

pode ser um farol de esperança e de ação na resposta global à crise climática – e servir de modelo para outros setores. E acreditamos firmemente que a adesão à IWCA é a forma mais eficaz de acelerar os esforços de descarbonização de uma adega individual, e, por extensão, a descarbonização da indústria vitivinícola em geral.

Encorajamo-lo a juntar-se a nós.

Atenciosamente,

Amy Prosenjak Presidente Executivo, A to Z Wineworks

Pedro Ruiz Aragoneses Presidente Executivo, Alma Carraovejas

Mike Jaeger Presidente e Presidente Executivo, Cakebread

Aymeric de Gironde Presidente Executivo, Château Troplong Mondot

Sam Glaetzer SVP, Operações Globais e Vendas Internacionais, Constellation Brands

Jen Locke Presidente Executivo, Crimson Wine Group Ltd.

Vanya Cullen Director e Proprietário, Cullen Wines

D. Carlos Moro Presidente, Emina Ribera

Miguel A. Torres

Presidente e 4ª geração, Familia Torres Mayacamas S. Olds Director-Geral, Gloria Ferrer Winery

Rafael De Haan Proprietário, Herència Altés

Suzanno Hunt

Co-Proprietário, Hunt Country Vineyards

Katie Jackson SVP, Responsabilidade Social Corporativa e Proprietário da 2ª Geração, Jackson Family Wines

Julie Rothberg Presidente, Medlock Ames

David J. Amadia Presidente, Ridge Vineyards

David R. Duncan Proprietário e Presidente Executivo, Silver Oak and Twomey Cellars

Beth Novak Milliken Presidente e Presidente Executivo, Spottswoode Estate Vineyard and Winery

Rajeev Samant Presidente Executivo, Sula Vineyards

Rupert Symington Presidente Executivo, Symington Family Estates

Barbara Wolff Diretor de Assuntos Corporativos e Sustentabilidade, VSPT Wine Group

Nick Waterman
Presidente Executivo, Yalumba Family Winemakers

Tiffani Graydon
Presidente Executivo, Yealands Wine Group

TalentA abre candidaturas

TERESA SILVEIRA

teresasilveira@vidaeconomica.pt



stão abertas as candidaturas à segunda edição do programa TalentA, destinado a premiar as mulheres empreendedoras do meio rural com projetos considerados inovadores que se destaquem no setor agrícola e agroalimentar. A iniciativa é da CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal e tem o apoio da Corteva Agriscience, consultora do setor agrícola em tecnologia de sementes sob a marca comercial Pioneer®.

O TalentA quer "realçar o papel que as mulheres desempenham no setor agroalimentar e apoiá-las no desenvolvimento dos seus próprios projetos com apoio financeiro, formação e divulgação dos seus projetos, num compromisso mais sustentável com o mundo rural", avançam as duas entidades em comunicado.

Podem concorrer todas as mulheres com projetos nas áreas agrícolas e agroalimentares desenvolvidos em meios rurais até 20.000 habitantes (exceto ilhas, localidades rurais ou distritos com maior dispersão geográfica) e com projetos em fase inicial, de planeamento ou já implementados em ambientes rurais, que pretendem dar início uma nova linha de negócio ou melhorar a que já têm.

Na primeira edição foram recebidas 90 inscrições, de onde saíram três premiadas. Sónia Brito foi a grande vencedora, com a "SR Berry", um projeto no Algarve que tem como objetivo alargar a capacidade de produção de diospiros. Gilda Preto foi prémio finalista com o projeto de biotecnologia para a propagação de plantas 'in vitro'. E Aline Domingues, com o projeto "Menina d'uva", que recupera vinhas velhas com entre 30 e 65 anos na região de Vimioso, para produção de vinho biológico.

Além do apoio financeiro, a CAP e a Corteva fornecem "formação às vencedoras" na área agrícola e tecnologias aplicadas à agricultura, "acesso a formações da CAP" e, ainda, "apoio no 'marketing' e divulgação dos projetos vencedores".

As candidaturas devem ser enviadas através do site www.programatalenta.pt até 31 de janeiro de 2022. As vencedoras serão anunciadas no dia 8 de março de 2022, Dia Internacional da Mulher.

Produção agrícola pode cair 80% até 2050 em países africanos

FERESA SILVEIRA eresasilveira@vidaeconomica.pt

rrancou no último domingo, 31 de outubro, em Glasgow, a COP26, a 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, com o seu secretário-geral, o português António Guterres, a exigir "medidas ousadas e novas políticas" como forma de enfrentar a mudança climática, eliminar o carvão e investir em tecnologias limpas.

Os alertas são mais que muitos e colocam desafios sérios aos vários setores da economia. Entre eles, a agricultura, um setor cada vez mais essencial à alimentação humana, mas também um alvo fácil das mudanças climáticas que se evidenciam por todo o mundo.

Na última semana, o Fundo Internacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) alertou, através de um estudo, que as alterações no clima, sobretudo com o aumento da temperatura global, podem levar várias nações a deixar de produzir culturas básicas para alimentação e que as plantações de alimentos básicos podem diminuir em pelo menos 80% até 2050 em oito países africanos. Essa redução, diz o FIDA, pode ter "um impacto catastrófico", pelo que "é



COP26 é "um ponto de inflexão para a humanidade". Não é possível "desperdiçar a oportunidade de limitar o aumento da temperatura e apoiar agricultores"

urgente a necessidade de financiamento para ajudar os agricultores vulneráveis na adaptação das suas culturas".

Por sua vez, o diretor executivo do Programa Alimentar Mundial da ONU, David Beasley, chamou a atenção, no âmbito da preparação da COP26, para o desperdício alimentar, frisando que, "globalmente, cerca de 4000 milhões de toneladas de alimentos são produzidos anualmente, o suficiente para ali-

mentar o mundo inteiro". No entanto, "630 milhões são perdidos devido ao armazenamento insuficiente e um terço dos alimentos é desperdiçado, custando 3000 milhões de dólares (2600 milhões de euros)". Beasley lembrou que 811 milhões de pessoas no mundo sofrem de fome crónica e 42 milhões de pessoas em 43 países estão "literalmente à beira da fome", lembrando que, para combater esta autêntica "pandemia de fome",

é necessário "um adicional de 6600 milhões de dólares" (cerca de 5200 milhões de euros).

Embora nenhum país esteja imune aos impactos das mudanças climáticas, segundo estudo da FIDA "os pequenos agricultores dos países em desenvolvimento são os mais vulneráveis e os menos capazes de lidar com a situação". E são eles, afinal, que "produzem um terço dos alimentos do mundo e até 80% em algumas áreas da África e da Ásia". No entanto, "recebem menos de 2% dos fundos investidos globalmente em financiamento climático".

É, pois, necessário, investimento para "culturas alternativas diversificadas", "variedades variadas e adaptadas localmente" e "diferentes técnicas de plantio", fortalecendo também a capacidade e infraestrutura de armazenamento e de processamento e cadeias de valor que melhorem o acesso e a gestão da água.

A COP26, que decorre até 12 de novembro, na Escócia, é, assim, "um ponto de inflexão para a humanidade". Não é possível "desperdiçar a oportunidade de limitar o aumento da temperatura e apoiar agricultores para se tornarem resilientes aos efeitos das mudanças climáticas".

Ciclo de webinars:
"Os desafios do agroalimentar na próxima década"

Tecnologia e sustentabilidade na produção agrícola quinta-feira, 25 novembro às 15h00, via Facebook Live

VidaEconómica Business School
AgroVida

Luís Mira Secretário-geral da CAP -Confederação dos Agricultores Portugueses

Nuno Canada Presidente do INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária

* transmissão em direto na página agrovida-vidaeconomica no Facebook

Patrocínio:

Ex-diretor da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN)

MANUEL CARDOSO

Informações Ana Bessa (Dep. Formação) | Vida Económica - Editorial SA. Rua Gonçalo Cristóvão, 14 R/C | 4000-263 Porto | © 223 399 427/00 | Email: anabessa@vidaeconomica.pt | www.vebs.pt